

# ASSEMBLEIA NACIONAL

## A influência do dr. Melo e Castro nos deputados da presente legislatura posta em relevo por Miller Guerra

Foi dedicada à discussão na generalidade da proposta de lei acerca do Registo de Identificação o período da ordem do dia da sessão de ontem da Assembleia Nacional, no qual intervieram apenas os deputados Alberto de Alarcão e Correia da Cunha.

Antes da ordem do dia usaram da palavra os deputados Luzia Beija, Miller Guerra, Eleutério de Aguiar e Pinto Castelo Branco.

Ao dar conhecimento do expediente, o secretário João Serras Pereira referiu-se a telegramas de familiares de presos políticos pedindo uma amnistia, a propósito da festa do Natal.

Responderam à chamada 73 deputados.

Na sua intervenção em homenagem à memória do dr. Melo e Castro, disse o deputado Miller Guerra:

«Depois da homenagem que o sr. Presidente da Assembleia Nacional e o deputado Albino dos Reis prestaram à memória do Dr. José Guilherme de Melo e Castro, talvez as palavras que vou proferir se dispensassem.

Porém, a amizade que me ligou ao Dr. Melo e Castro durante quarenta anos, o apreço em que tinha as suas qualidades de homem e de político, a influência que em mim exerceu na resolução de me candidatar a deputado, a convivência assídua que mantivemos no período eleitoral de 1969, tudo isso e o desejo de manifestar publicamente os meus sentimentos para com esta figura nacional, tudo isso, repito, impeliu-me a descrever perante V. Ex.<sup>a</sup>, senhor Presidente e senhores deputados, alguns aspectos do espírito, da obra e da vida do meu grande e inesquecível amigo.

Retratar uma personalidade rica e multiforme, não é para as minhas forças. Por isso, restrinjo-me a dois aspectos da actividade do Dr. Melo e Castro que me parecem de maior relevo: um respeito à Saúde e Assistência Social, outro ao seu papel de dirigente da União Nacional.

O interesse pela política social revelou-se muito antes de ascender ao cargo de subsecretário de Estado da Assistência, em 1954. Logo nas primeiras intervenções na Assembleia, ocupou-se da saúde pública, da assistência e da previdência social, havendo sido relator da Comissão parlamentar de Trabalho, Assistência e Previdência.

### ● APONTAR O ERRO E O REMÉDIO

E prosseguiu:

«O ponto para que pretendo chamar a atenção sobressai na sua intervenção de 1950, ao comentar «o plano geral da organização hospitalar», mas foi nos anos seguintes, designadamente co-

mo subsecretário de Estado, que deu rigor às suas concepções dos serviços médicos, hospitalares e médico-sociais. Com a convicção e a tenacidade que punha em tudo quanto lhe parecia útil e justo, defendeu a coordenação da Saúde com a Previdência, como os factos impunham e a lógica pedia. Durante os quatro anos de governo não se cansou de tentar persuadir quem tinha o poder de decisão e de comando, das vantagens de tal medida. Conquistou numerosos adeptos, médicos, administradores, professores universitários, alguns homens públicos, mas os detentores do poder, resistiram pertinazmente e, como é de esperar, venceram.

Em 1961, novamente na Assembleia Nacional, volta ao assunto, afirmando que o nosso seguro social, «contra evidências de ordem económica e técnica, funciona descoordenado da assistência, o que acentua a ineficácia do sistema geral de protecção social, encarece os seus custos no que respeita à protecção sanitária e não permite que os serviços desta cheguem a ser definidos com coerência».

Não se limitou a apontar o erro, indicou também o remédio que consistia na criação de «um departamento governamental responsável por toda a política e toda a administração da saúde», rematando com a observação que resumia o estado dos serviços médico-sanitários: «Nem temos medicina livre, nem temos medicina organizada, nem articulação coerente de uma e outra; temos mal-estar dos médicos a generalizar-se e temos também mal-estar contra os médicos».

Assim caracterizou o Dr. Melo e Castro a situação de 1961.

Quem havia de dizer que este juízo sombrio, com poucas modificações, se applicava perfeitamente à situação de 1972?

O Ministério da Saúde, prosseguiu o Dr. Melo e Castro, tal como foi criado, não corresponde às necessidades citadas: «Não lhe foram dados novos meios de acção que não tivesse o extinto subse-

### CASA DE REPOUSO DOS ALFAIATES DE PORTUGAL

Reune-se hoje, pelas 20.30, na Rua Passos Manuel, 83, 2.º Esq., a assembleia geral ordinária das Casas de Repouso dos Alfaiates de Portugal, para apreciação e votação do orçamento para 1973 e eleição dos corpos gerentes para o próximo ano.

cretariado. Não foi estabelecido, superior a ele e ao Ministério das Corporações, um dispositivo de articulação entre a assistência e a previdência — que devia ser um Ministério de coordenação dos assuntos sociais».

### ● SOLUÇÃO IMPERFEITA E FORA DE TEMPO

Continuando, disse:

«Tardamente, muito tardiamente, estabeleceu-se em 1970 a coordenação dos Ministérios das Corporações e da Saúde, nomeando um Ministro das Corporações e Saúde, o que corresponde, em parte, mas só em parte, às ideias do Dr. Melo e Castro. A solução, porém, é imperfeita e foi adoptada fora de tempo. O que há doze anos era uma medida justa e relativamente fácil de executar, encontra agora obstáculos enormes. A Previdência desenvolveu-se, fortaleceu-se, isto é, tornou-se um organismo extenso, poderoso, e talvez inexpugnável. Os hospitais não progrediram; pelo contrário, os hospitais centrais têm decaído.

Parece que a fórmula de coordenação vigente, não resolve as dificuldades de hoje, embora tivesse podido resolver as do passado. Presentemente é de crer que seja preciso procurar outro modo de corrigir o mau funcionamento dos dois importantes sectores da Administração Pública.

Entretanto continuamos a espera — até quando?

Da acção do Dr. Melo e Castro na presidência e, depois, na vice-presidência da Comissão Executiva da União Nacional, direi pouco, apenas o bastante para lembrar um notabilíssimo passo da sua vida que a fraca memória dos homens pode esquecer.

Era seu costume dividir o regime salazarista em três períodos: o primeiro, que ele hiperbolicamente chamava heróico, ia até à guerra de Espanha; o segundo, de consolidação, até à guerra mundial; o terceiro, denominava-o de estagnação.

Não importa de momento discutir este modo de ver, somente aludo a ele porque ajuda a explicar a biografia política do Dr. Melo e Castro que foi partidário fervoroso do Dr. Salazar durante muito tempo e admirador desalentado na última dezena de anos.

A inércia dos negócios públicos, designadamente no campo da Educação e da Saúde, a falta de impulso e de crença funda no regime, o rigor despropositado da censura e do aparelho repressivo, minaram a confiança do Dr. Melo e Castro nas virtualidades de um governo au-

(Continua na 10.ª pag.)

# ASSEMBLEIA NACIONAL

(Continuado da pág. central)

toritário, pouco capaz de resolver os problemas nacionais. A comparação com os povos que progredem mantendo as liberdades públicas, abalavam-lhe a cada passo as antigas certezas.»

## ● DO MARASMO À LIBERALIZAÇÃO

Miller continuou, afirmando:

Preocupava-o sobretudo a sucessão do Dr. Salazar e, como tantos outros, cuidava que o regime findaria com o Presidente do Conselho. Em 1966, nesta Casa e nesta sala, proferiu um discurso que incomodou a falange integrista, no qual indicava a necessidade de «afeioar os mecanismos da governação — políticos e administrativos — de modo que o País possa progredir à medida do tempo presente»; e, logo a seguir, precisava o seu pensamento, ajudando à necessidade de uma vida política representativa, à participação do maior número nas tarefas do Governo, que a todos dizem respeito.

Em tais circunstâncias e lugar, não era possível ir mais longe. Toda a gente entendeu, mas a maioria dirigente não gostou.

De então para cá a atitude do Dr. Melo e Castro conservou-se a mesma, depositando cada vez mais esperanças no termo do longo — do demasiadamente longo — governo do Dr. Salazar, embora mantivesse até ao fim da vida o respeito e a admiração pelo governante que considerava politicamente extinto.

Eis porque saudou a mudança do Governo em 1968, que ele esperava fosse também do regime ou, pelo me-

nos, que preparasse as condições para isso. O seu desejo era que uma nova vida começasse, uma vida política europeia, como ele dizia.

Quase todos os deputados da presente legislatura sentiram, directa ou indirectamente a influência do Dr. Melo e Castro que atingiu o auge no período eleitoral de 1969. Não é preciso historiar os acontecimentos dessa época inquieta da nossa estreita vida pública. Viu-se então como o entusiasmo e o brilho de um homem dinamiza e dá sentido às ideias, às aspirações e às vontades que andavam dispersas, esperando por um aceso. Ao marasmo político sucedeu — por bem pouco tempo, infelizmente — o fervilhar das iniciativas em torno da ideia nuclear de liberalização. A um horizonte fechado, a uma sociedade bloqueada, a uma ideologia velha apontava-se (finalmente!) a saída e o alvo.»

## ● ILAQUEADA A CORRENTE LIBERALIZADORA...

E a terminar:

«Decerto que a liberalização de per si era um programa insuficiente, mas era o passo indispensável para sacudir os obstáculos que frenavam a evolução para um regime respeitador das liberdades e das instituições democráticas.

Porém, os factos foram demonstrando que a decantada liberalização era ilusória, que gradualmente as tendências anti-evolutivas renasciam, ilaqueando a corrente liberalizadora. A censura à palavra oral e escrita e à imagem; o antigo e insuportável autoritarismo; a fascinação do passado, sepultaram os anseios criadores suscitados pela mudança de Governo.

Valeu a pena tanta canseira para chegar a este resultado? O Dr. Melo e Castro dizia que sim, porque se manifestaram tendências que jaziam abafadas, porque se libertaram energias adormecidas, porque se abriu o caminho à iniciativa política, porque se clarificaram algumas posições. Porque, acrescentamos nós, se demonstrou a incapacidade do regime de se reformar politicamente.»

## ● DIÁLOGO

Enquanto o professor Miller Guerra usava da palavra (na parte final do seu discurso em que se referia ao esboço de liberalização do regime) pediu para intervir o deputado Cazal Ribeiro, intervenção que deu margem ao seguinte diálogo:

— Cazal Ribeiro: Eu realmente não fazia tenção de intervir, porque V. Ex.<sup>a</sup> está a prestar homenagem a um colega nosso que faleceu, e que toda a gente, todos os colegas nossos, seja qual for a sua forma de pensamento lamentam, porque era uma pessoa que realmente serviu o País, em várias circunstâncias e, conseqüentemente, digno de todo o respeito e de toda a consideração — e até saudade; mesmo até por parte daqueles que não tinham, como no caso de V. Ex.<sup>a</sup>, laços de amizade.

Mas parece-me, apesar de não querer prolongar demasiadamente a minha intervenção, que V. Ex.<sup>a</sup> está a aproveitar uma circunstância de luto para a Assembleia Nacional, para fazer uma série de

afirmações que realmente mereceriam uma resposta diferente daquela que eu estou dando.

Portanto, faço tenção de responder a V. Ex.<sup>a</sup>, o mais breve possível. Queria em todo o caso, dizer isto:

V. Ex.<sup>a</sup> falou no falso conceito de liberdade. E eu pergunto o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> quer mais liberdade do que aquela que nós vivemos neste momento, quando se permite, por exemplo, a saída de um livro ignóbil, chamado «Dinossauro Excelentíssimo»?

V. Ex.<sup>a</sup> quer mais liberdade do que aquela que se passa por exemplo, em Moçambique, quando se publica um livro de um advogado muito conhecido naquela província em guerra, em que se fazem afirmações ofensivas à dignidade do Sr. Presidente do Conselho e do Sr. Presidente da República?

O livro parece que está apreendido, mas não está apreendido o autor!

V. Ex.<sup>a</sup> quer mais liberdade ainda, sr. deputado?

— Miller Guerra: Sr. Cazal Ribeiro, tenho pena do momento ser de prestar homenagem a um deputado meu amigo...

— Cazal Ribeiro: — Pois eu também!

— Miller Guerra: Pois eu desejava responder a V. Ex.<sup>a</sup>... Digo apenas duas palavras: em primeiro lugar, V. Ex.<sup>a</sup> insinuou que eu estava aproveitando uma circunstância solene...

— Cazal Ribeiro: — Desculpe sr. deputado, não insinuei, afirmei!

— Miller Guerra: Afirmou?

— Cazal Ribeiro: — Afirmei! Afirmei!

— Miller Guerra: Afirmou! Ainda pior! Pois afirmou que eu estava servindo-me da circunstância de estar prestando homenagem a um amigo e a um deputado, que foi um servidor da Nação, como V. Ex.<sup>a</sup> disse, para dizer, não sei o quê... enfim... que V. Ex.<sup>a</sup> entende não estar certo.

— Cazal Ribeiro: — V. Ex.<sup>a</sup> não sabe o que estava a dizer, mas eu sei, sr. deputado!

— Miller Guerra: Não é isso! Não é isso sr. deputado! Sei o que digo!

— Miller Guerra: Dá-me licença? Se vamos nesse tom, então respondo!

— Cazal Ribeiro: — É uma ameaça, sr. deputado? É uma ameaça?

— Miller Guerra: É, é!

— Cazal Ribeiro: — O sr. não me ameace, que eu não tenho medo! Nunca tive medo nenhum de ameaças!

— Miller Guerra: Ora então vamos lá, sr. Cazal Ribeiro. O Sr. falou em liberdade, não foi?

— Cazal Ribeiro: — Pois foi!

— Miller Guerra: E lamentou que um livro chamado «Dinossauro» tenha circulado, não é verdade?

— Cazal Ribeiro: — É, é!

— Miller Guerra: Eu, por mim, tomara que houvesse muitos «Dinossauros» e muitos livros, que circulassem livremente, que o espírito português não estivesse amordassado, como tem sido há tanto tempo com uma censura que tem, inclusivamente, apreendido livros de deputados!

— Cazal Ribeiro: — Mesmo quando se insulta a memória duma pessoa que serviu a Nação? V. Ex.<sup>a</sup> acha bem?

— Miller Guerra: Sim, senhor. Em segundo lugar, V. Ex.<sup>a</sup> diz que há muita liberdade.

— Cazal Ribeiro: — Eu não disse que havia muita liberdade.

— Miller Guerra: Não? Bom!

Então há pouca.

— Cazal Ribeiro: — Disse que havia a suficiente para estas publicações.

— Miller Guerra: Então, se há pouca, estamos de acordo.

— Cazal Ribeiro: — Não me parece que haja assim tão pouca, mas não haverá possivelmente tanta quanta V. Ex.<sup>a</sup> queria.

— Miller Guerra: É verdade. E também não há tão pouca como V. Ex.<sup>a</sup> desejava.

— Cazal Ribeiro: — V. Ex.<sup>a</sup> ainda se há-de arrepender, tanto como eu das liberdades que por aí andam.

— Miller Guerra: Bem, sr. deputado Cazal Ribeiro, noutra ocasião, quando V. Ex.<sup>a</sup> falar, teremos ensejo de prolongar este diálogo tão agradável.

## ● O ESTATUTO DE VERDADEIROS CIDADÃOS

O deputado Correia da Cunha afirmou no final da sua intervenção acerca da proposta de lei sobre o Registo Nacional de Identificação:

«Como imaginar uma política programada de ensino, de saúde, de previdência, de obras públicas ou até mesmo uma campanha eleitoral conduzida dentro dos preceitos legais, se não for conhecida, com grande aproximação, a implantação espacial da nossa população? É evidente que será esta a determinar, em larga medida, tudo o que respeita ao ordenamento do território, uma vez que as áreas mais pobres repelem a população? É evidente que em muitos casos, contrariar essa tendência. Os investimentos públicos devem ser condicionados por uma previsão, a médio prazo, da evolução populacional para que não faltem nas áreas congestionadas e não surjam nas áreas deprimidas como marcos aberrantes de uma ocupação humana que não pode subsistir.

Pois bem, esta programação das várias políticas que interessam o sector público e se interpenetram tão profundamente, só poderá ser feita se soubermos, em cada momento, quantos somos, onde estamos, o que fazemos e, se possível, o que queremos ser.

É por isso que acolho esta iniciativa com tanto alvoroço.

Rio-me dos teóricos que recebem despersonalizar o indivíduo quando nunca se interessaram em ver em cada um dos seus irmãos autênticas pessoas de direito; rio-me quando me falam no receio de devassa da vida privada quando tantos de nós realizamos essa vida em barracas e alojamentos onde campeia a promiscuidade.

Perante o cérebro electrónico do computador, cego como a justiça do Ministério que o alberga, vamos passar a ser todos iguais como somos, na realidade, ao nascer e ao morrer e nas necessidades vitais que caracterizam todo o ser humano.

É sob o signo da justiça, meus senhores, que vamos passar a pagar os nossos impostos; a prestar contas de todos os actos importantes da nossa vida de relação; a figurar inclusivé nos cadernos de recenseamento eleitoral. Só assim ganharemos o estatuto de verdadeiros cidadãos. A que mais poderão aspirar todos os homens de bem que se preocupam com o destino do país, a sorte dos seus semelhantes e nada têm a esconder?»

## Tribunal Cível da Comarca de Lisboa

1.ª VARA

ANÚNCIO

Através uns autos de execução ordinária (hipotecária), pendentes na 1.ª secção da 1.ª vara cível da comarca de Lisboa, que a Caixa Sindical de Previdência do Distrito de Braga move contra Alberto da Silva Martins, chefe dos Serviços de Secretaria do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga e contra

Através dos autos de execução ordinária do Posto n.º 120 da Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família, ambos residentes na Avenida Cônego Gaspar Estação, n.º 440, em Guimarães, correm éditos com a dilação de 20 dias, a contar da segunda publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados para, no prazo de 10 dias, que começa a correr depois de findo o dos éditos, virem a execução deduzir os seus direitos, nos termos do art.º 865.º do Código de Processo Civil e desde que gozem de garantia real sobre o prédio penhorado aos mesmos executados e situado na comarca de Guimarães.

Lisboa, 22 de Novembro de 1972.

O Corregedor Auxiliar

Silvino Alberto Vila Nova

O Escrivão de Direito

João Alves